

Ideologia, luta de classes e capital fictício: introdução para uma crítica ontológica¹

Wécio Pinheiro Araújo¹

<https://orcid.org/0000-0003-2874-3052>

¹Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, NÓS - Núcleo de Pesquisa em Filosofia Social (UFPB/CNPq), João Pessoa, PB, Brasil.

Ideologia, luta de classes e capital fictício: introdução para uma crítica ontológica

Resumo: Analisa a relação entre ideologia e luta de classes, com ênfase nos processos ideológicos de subjetivação estabelecidos sob a dominação do capital fictício e da irracionalidade neoliberal estabelecida ideologicamente como “racionalidade”. Aborda a questão da luta de classes sob uma inflexão ontológica da sociedade capitalista, compreendida como um sujeito estranhado de si mesmo (alienado e alienante), a partir da crítica do valor marxiana. A partir disso, apreende a luta de classes não somente em si (como objeto), mas sobretudo para si, isto é, sob a perspectiva ontológico-dialética do processo de formação social dos indivíduos como sujeitos políticos de classe, determinado pela contradição estabelecida entre, de um lado, o conteúdo objetivo das relações sociais e, de outro, as formas como os indivíduos vivenciam este conteúdo na experiência social e política da luta de classes no capitalismo contemporâneo. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-chave: ideologia; luta de classe; experiência social; capital fictício.

Ideology, class struggle and fictitious capital: introduction to an ontological criticism

Abstract: It analyzes the relationship between ideology and class struggle, with an emphasis on the ideological processes of subjectivation established under the domination of fictitious capital and neoliberal irrationality ideologically established as “rationality”. It addresses the issue of class struggle under an ontological inflection of capitalist society, understood as a subject estranged from itself (alienated and alienating), based on Marxist value critique. It addresses class struggle not only in itself (as an object), but above all for itself, that is, from the ontological-dialectical perspective of the process of social formation of individuals as political class subjects, determined by the contradiction established between, on the one hand, the objective content of social relations and, on the other, the ways in which individuals experience this content in the social and political experience of class struggle in contemporary capitalism. The methodology used was bibliographic and documentary research.

Keywords: ideology; class struggle; social experience; fictitious capital.

Recebido em 17.09.2024. Aprovado em 24.03.2025. Revisado em 10.07.2025.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Introdução

Nesta exposição, analiso algumas mediações atinentes à relação entre ideologia e luta de classes, determinada pelas contradições imanentes aos processos fetichistas de autovalorização e substantivação da forma valor (*Wertform*) enquanto racionalidade imanente ao conteúdo objetivo das relações sociais produzidas por meio do trabalho subjugado ao capital, em seu estágio de desenvolvimento denominado por Marx de capital fictício (*fiktives Kapital*).² Não obstante, o foco da minha análise está na mediação (*Vermittlung*) determinante de como a razão objetiva deste processo, situada na lógica do valor, produz determinações para as formas subjetivas de como o conteúdo objetivo das relações sociais é vivenciado ideologicamente pelos indivíduos na experiência social e política da luta de classes (razão subjetiva). Em sua totalidade, abordo essa questão sob uma perspectiva ontológico-dialética, voltada para as contradições que constituem a luta de classes, compreendida simultaneamente como sujeito e objeto, isto é, como práxis. Neste escopo, que associa categorias da crítica da ideologia e da crítica da economia política, o objetivo da minha pesquisa é precisamente analisar algumas contradições determinantes das formas como os indivíduos vivenciam subjetivamente (crítica da ideologia) o conteúdo objetivo das relações sociais enquanto sujeitos políticos na experiência da luta de classes, em tempos de dominação do capital fictício (crítica da economia política).

O argumento de partida da minha investigação pode ser introduzido da seguinte maneira: a sociedade capitalista em sua totalidade é, por definição, uma sociedade simultaneamente ideológica e profundamente fetichista. Em outras palavras, não basta que o capitalismo produza mercadorias sob o máximo grau de desenvolvimento tecnológico das forças produtivas, também é preciso produzir ideologia, e isto diz respeito aos processos de subjetivação imanentes às formas de os indivíduos vivenciarem subjetivamente o conteúdo objetivo das relações sociais (econômicas, políticas, jurídicas etc.), de modo que as contradições decorrentes das condições objetivas sejam “harmonizadas” subjetivamente na constituição da vida em sociedade na forma de educação, tradição e cultura, em uma palavra: na forma de um *ethos*. Em suma, ontologicamente este processo corresponde ao processo de formação (*Bildung*) social e cultural dos indivíduos em sujeitos políticos na experiência (*Erfahrung*) social.

Essa “harmonização” é justamente “onde” e como opera a ideologia, não apenas como conteúdo dos discursos, por assim dizer, “ideológicos”, mas, sobretudo, como forma pela qual os indivíduos vivenciam subjetivamente a lógica do valor, determinada no e pelo fetiche da mercadoria e como esse processo se manifesta objetivamente na práxis política e suas práticas discursivas. Diante disso, surgiu a necessidade de pensar o valor também como subjetividade, como um modo de ser decorrente da formação dos indivíduos como sujeitos políticos na experiência social. Pensar a lógica do valor como forma subjetivada que educa socialmente os indivíduos em sociedade. Eis o terreno onde situo os meus estudos em crítica da ideologia.

O cariz ontológico da minha análise pode ser compreendido da seguinte maneira: quando pensamos na forma valor (*Wertform*) como uma racionalidade imanente ao conteúdo objetivo das relações sociais, é preciso ter em mente que não se trata de determinações dadas no imediato (concreto tangível e visível), mas, ao contrário, são determinações mediatizadas para além da aparência (*Erschein*) e que envolvem complexas contradições (*Widersprüche*), que só podem ser desvendadas no plano da essência (*Wesen*) imanente à formação histórica do sujeito moderno como expressão do ser social (*gesellschaftliche Wesen*) que se manifesta na experiência (*Erfahrung*) social e política da luta de classes; eis o caráter ontológico-dialético incontornável para toda crítica que pretende analisar essa questão para além das necessárias ilusões (mas ilusões) do mundo fenomênico da aparência.

É nesse contexto, da lógica do valor capitalista estabelecida também como subjetividade, que encontramos a mediação da qual decorre o caráter alienado e alienante da forma ideologia na formação e deformação dos sujeitos políticos em uma sociedade dominada pelo fetiche da mercadoria³, e claro, determinada ontologicamente pelo trabalho estranhado (*entfremdete Arbeit*). No que diz respeito à questão da luta de classes — assim como demonstro ao longo desta exposição — a “harmonização” ideológica se realiza e opera nas contradições estabelecidas entre, de um lado, o conteúdo objetivo das relações sociais constituídas na sociedade civil, e de outro, a forma política que historicamente sanciona o contrato social (por meio das instituições, das normas jurídicas etc.) que subjugam o trabalho ao capital na esteira da luta de classes, a saber: o Estado como uma instância essencialmente ideológica e, portanto, Estado capitalista.

Assim, a hipótese corroborada ao longo de minha pesquisa aponta para o fato de que esse processo de formação (*Bildung*) — e deformação — dos indivíduos em sujeitos ocorre por meio de uma contradição imanente. Essa contradição se estabelece entre, de um lado, o conteúdo objetivo das relações sociais, e, de outro, as formas ideológicas assumidas pelos processos de subjetivação inerentes à experiência da luta de classes como discurso e práxis política. Dito de outra forma, trata-se da realidade concreta das classes sociais como sujeitos políticos, e não a luta de classes apreendida apenas como fenômeno objetivo, mas, principalmente e sobretudo, a luta de classes sob a perspectiva do sujeito que age e reage no contexto das condições objetivas que constituem a sua experiência social. Para compreender melhor essa questão, leiamos *O Capital* na seguinte passagem:

Não basta que as condições de trabalho apareçam num polo como capital e no outro como pessoas que não têm nada para vender, a não ser sua força de trabalho. Tampouco basta obrigá-las a se venderem voluntariamente. No evolir da produção capitalista desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por **educação, tradição e hábito**, reconhece as exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si mesmas. A organização do processo capitalista de produção desenvolvido quebra toda a resistência (Marx, 2013, p. 808, grifo nosso).

Marx nos permite constatar que, para ocorrer a exploração capitalista, não é suficiente a existência apenas de condições objetivas (em si) que se expressam unicamente como “condições materiais”. É preciso também que essa situação adquira realidade para si na forma de subjetividade, objetivada em práticas discursivas e sociais; ou ainda, subjetividade que se materializa na experiência social como educação, tradição e costumes. Ontologicamente, sabemos que todo objeto (em si), na realidade humana, obrigatoriamente, existe também enquanto sujeito (para si) — negar isto seria incorrer na grosseira e “antidialética” separação entre sujeito e objeto. Portanto, falar em essência não remete a uma dimensão metafísica descolada da experiência social, mas, ao contrário, se trata de uma ontologia social voltada para os caracteres fundamentais inerentes ao ser encarnado no solo real da histórica como uma unidade dialética estabelecida entre o tangível e imediato (aparência), e o mediatizado (essência) historicamente determinados.

Trabalho estranhado e luta de classes

Nos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, Marx (2008, p. 99) ressalta que “a essência subjetiva da propriedade privada, a propriedade privada enquanto atividade sendo para si, enquanto sujeito, enquanto pessoa, é o trabalho”. Contudo, isso carrega uma contradição: na experiência social, o trabalhador não vivencia o conteúdo das relações sociais reconhecendo-se nesta essência como sujeito político senhor do seu próprio mundo; ao contrário, o trabalhador encontra-se e estranhado de si mesmo, em face da própria natureza do trabalho estranhado (*entfremdete Arbeit*) típico do modo de produção capitalista. Esse estranhamento decorre justamente de uma ruptura estabelecida entre o conteúdo das relações sociais e as formas (alienadas e alienantes) por meio das quais estas relações são vivenciadas politicamente pelos indivíduos na experiência social. Essa vivência é o que define na prática a experiência (*Erfahrung*) como o processo de formação (*Bildung*) social, alienada e alienante, do próprio sujeito na modernidade capitalista.

Nesse contexto, a ideologia não poderá ficar reduzida à representação abstrata e imediata da realidade como resultado de uma suposta “falsa consciência”, é mais complexo: trata-se, sobretudo, de uma racionalidade imanente à formação dos processos de subjetivação atinentes à própria constituição social e dialética da realidade em sua essência social. Esse processo não remete a algum essencialismo metafísico, mas, ao contrário, é historicamente determinado e socialmente condicionado. Essa essência social encarnada no solo real da história — leia-se: encarnada porque é sempre produto das contradições decorrentes das ações e relações estabelecidas entre os indivíduos concretos —, aparece na esfera fenomênica da realidade como uma enorme coleção de práticas discursivas que norteiam, modelam e conduzem a práxis política das classes sociais, de modo, não raro, a favorecer a dominação social capitalista no jogo de correlações de forças políticas da luta de classes. Assim, a ideologia revela-se ao mesmo tempo como, de um lado, condições objetivas modeladas subjetivamente nas relações sociais que constituem a experiência social e suas práticas discursivas, de modo a “harmonizar” as contradições estabelecidas entre essência e aparência de maneira simultaneamente alienada e

alienante; e, de outro, subjetividade materializada objetivamente nas condutas e comportamentos dos sujeitos políticos em suas ações e reações dotadas de força material, igualmente alienadas e alienantes.

No arco da teoria social crítica, Norman Geras (1977, p. 286, tradução nossa) nos traz um aspecto fundamental: “Na sociedade capitalista existe uma espécie de ruptura interna entre as relações sociais que se obtém e a maneira por meio da qual são vivenciadas”. Contudo, reformulo dialeticamente a questão para pensá-la simultaneamente como ruptura e continuidade, isto é: como contradição (*Widerspruch*). Não sem o suporte de Herbert Marcuse (1982, 2011), quando ele demonstrou que é das contradições estabelecidas entre o conteúdo social e a forma política que se produz, não somente na formação do sujeito como indivíduo, mas também do sujeito como sociedade, situações de irracionalidade convertida em “racionalidade”, que são determinantes para a relação entre Estado e sociedade civil na experiência social capitalista.

A ideologia revela-se ontologicamente como uma forma de determinação da existência do sujeito moderno, que atua na “harmonização” alienante dessa ruptura imanente a este sujeito enquanto substância viva do ser; ruptura que também é continuidade, e por isso é preciso falar em contradição, pois ao mesmo tempo que nos processos de subjetivação, a ideologia afasta os aspectos negativos encontrados na experiência social, também engessa unilateralmente os aspectos positivos à sociabilidade capitalista, que se estabelecem como “verdades” naturais, evidentes e inquestionáveis, ou seja, positividade completamente naturalizada.

A ideologia age “harmonizando” essa contradição imanente ao sujeito moderno enquanto ser social (*gesellschaftliche Wesen*), por meio de rupturas e continuidades estabelecidas simultaneamente entre conteúdo (em si) e forma (para si) na formação (*Bildung*) da experiência social capitalista. Essa “harmonização” determina os processos de subjetivação que formam ideologicamente o indivíduo contemporâneo enquanto um sujeito político que, no capitalismo financeiro e neoliberal, é cada vez menos cidadão e mais empreendedor, garantindo, assim, a dominação social capitalista, de modo a fomentar progressivamente uma cultura contrária à lógica democrática da cidadania social. Trata-se de uma contradição em processo e constituinte do sujeito moderno, isto é, uma contradição essencial situada entre, de um lado, o conteúdo das relações sociais produzidas a partir da subsumção do trabalho ao capital (realidade em si/objeto) e, de outro, a forma de os indivíduos vivenciarem essas relações na e pela experiência formadora dos seus processos de subjetivação (realidade para si/sujeito).

As formas ideológicas representam uma exteriorização desse ser social estranhado de si mesmo, leia-se, simultaneamente alienado como indivíduo e alienante como sociedade. Essa dialética entre indivíduo e sociedade é o que constitui ontologicamente a experiência social. Em outras palavras, o conteúdo das relações sociais, produzido a partir do próprio processo de trabalho subjugado ao capital, é o que constitui a própria experiência social da luta de classes em sua efetividade (*Wirklichkeit*). Por conseguinte, não podemos pensar as classes sociais unicamente a partir de suas condições objetivas, de modo estático e engessado em algum materialismo ou essencialismo perenes e, conseqüentemente, alheio às contradições semoventes que determinam a experiência social. É necessário pensar as classes simultaneamente como objetividade (em si) e subjetividade viva (para si), ou seja, como um sujeito vivo e em constante movimento no solo real da história.

Essa mediação capaz de desvelar ontologicamente as tensões entre o conteúdo objetivo e as formas subjetivas se apresenta como a decodificação lógica (dialética) da contradição estabelecida entre conteúdo (objeto em si) e forma (sujeito/para si), no que diz respeito à constituição da experiência social da luta de classes sob a perspectiva ontológica do sujeito.

Ideologia, neoliberalismo e o capital fictício como modo de ser

Se, por um lado, a ideologia opera justamente na direção de “harmonizar” a contradição que analisei na seção anterior, por outro, trago agora um aspecto seminal, que de modo algum pode ser ignorado: a ideologia opera determinada pela lógica capitalista da forma valor (*Wertform*), estabelecida como essência social daquilo que se manifesta na forma do fetichismo da mercadoria, não apenas como produto material, mas, sobretudo, como modo de ser do sujeito moderno. Por isso que, sob uma perspectiva de totalidade, “harmonizar” implica afirmar que tudo que é positivo para a experiência social capitalista é cristalizado como uma verdade natural e evidente, enquanto os aspectos negativos são afastados, garantindo, assim, que os indivíduos não se reconheçam como sujeitos de classe na vida em sociedade. O elemento motriz desse processo é também uma mefistofélica contradição: ao mesmo tempo que os indivíduos não se reconhecem naquilo que fazem e

produzem, contraditoriamente, têm plena convicção de que são senhores de suas vidas. Dessa maneira, a forma ideologia, sob a lógica do fetiche da mercadoria, determinada pela acumulação do mais valor como substância do capital, produz e sustenta a alienação e a dominação social capitalistas em sentido amplo e abrangente. Por meio dessa “harmonização” alienada e alienante, a lógica do valor garante sua dominação social desde o processo de formação do sujeito, o que, na contemporaneidade, se expressa no neoliberalismo como uma irracionalidade estabelecida ideologicamente sob o disfarce de “racionalidade” política incontestável.

Como analisam Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo, mais do que uma cartilha econômica, vem se consolidando como uma racionalidade política com penetração ideológica hegemônica nos processos de subjetivação, o que, no capitalismo contemporâneo, assume a forma para si do sujeito empresarial. Na esteira da chave de leitura marxiana apresentada nesta exposição (Marx, 2013, p. 849), em tempos de capital fictício, o neoliberalismo se consolida como “educação, tradição e costume” nas formas subjetivas pelas quais os indivíduos vivenciam ideologicamente o conteúdo das relações sociais que determina a experiência da vida em sociedade.

Sabemos que Dardot e Laval (2016) não trabalham com o conceito de ideologia e, a rigor, o rejeitam como categoria analítica. Contudo, em minha análise incorporo o neoliberalismo, não como uma racionalidade em si mesmo, mas como uma “racionalidade” produzida pelos mecanismos ideológicos que somente se explicam dialeticamente, ultrapassando sua manifestação fenomênica e aparentemente “racional”. Assim, compreender a complexidade da ideologia nas formas subjetivas pelas quais os indivíduos vivenciam o conteúdo das relações sociais que conformam a experiência da vida em sociedade não significa, de modo algum, interditar a certa análise de Dardot e Laval. Entretanto, por razões teórico-metodológicas, eles não lidam com a mediação situada no conduto de passagem entre a aparência e a essência do fenômeno neoliberal. Essa mediação consiste na contradição manifesta no e pelo fato (mediatizado e, portanto, que não está dado no imediato) de que, embora o neoliberalismo apareça como uma “racionalidade” política que modela subjetividades e conduz as condutas do sujeito empresarial, ainda assim, para além dessa aparência socialmente necessária, trata-se de um conjunto de ideias irracionais ideologicamente apresentadas como um discurso econômico de natureza “racional” sob um invólucro pseudocientífico. Entretanto, essa contradição só se revela sob uma análise ontológica-dialética, operação que não faz parte da abordagem dos franceses⁴.

Não obstante, é preciso não perder de vista que o capital não é algo que vem de fora subjugar o trabalho e oprimir o trabalhador. Pelo contrário, é uma progressão imanente ao sujeito, enquanto determinações de sua existência, seja como indivíduo ou como sociedade. O capital é o modo de ser da sociedade moderna, isto é, tornou-se não apenas O Sujeito autônomo que a tudo e a todos aliena e domina (o que não é pouca coisa), mas, acima de tudo, é a substância viva do ser social. Isso significa que, dialeticamente, a lógica do valor, ao mesmo tempo que determina objetivamente os processos de subjetivação, também se torna “A Subjetividade” que se exterioriza objetivamente em práticas sociais e discursivas cada vez mais estranhadas de si mesmas, em hábitos e costumes, em cultura e comportamentos alienados e alienantes, ideologicamente naturalizados sob a determinação do fetiche da mercadoria. Na irracionalidade neoliberal, estabelecida como “racionalidade”, esta contradição é “harmonizada” pela ideologia por meio de práticas discursivas que se estabelecem enquanto educação, tradição e costume, ou seja, se naturalizam e se tornam *ethos* cultural dessa sociedade. Isso é muito bem ilustrado pela declaração de Margaret Thatcher (*apud* Dardot; Laval, 2016, p. 331): “A economia é o método. O objetivo é transformar o espírito”.

Estado, capital fictício e os credores do estado

Quando falamos em contradições entre o conteúdo social e a forma política na modernidade, a mediação do Estado na relação entre capital e trabalho revela-se como uma dimensão fundamental e essencialmente ideológica. O Estado, então, aparece fortemente subjugado à dinâmica de valorização do capital fictício, o que evidencia a relevância e a urgência de uma compreensão crítica dessa situação sob a perspectiva da luta de classes, especialmente no que diz respeito à condição dos trabalhadores. Afinal, não há essa história de neoliberalismo como “Estado mínimo”, salvo para os trabalhadores e trabalhadoras.

No que tange à relação entre Estado e capital fictício, a ideologia revela-se simultaneamente como ação e reação (interação), estabelecidas sob um elo ontológico ineliminável, traçado entre o conteúdo

social (as relações sociais de produção e reprodução) e a forma política (o Estado capitalista). O campo das formas de vivenciar o conteúdo das relações sociais entre a sociedade civil e o Estado é o que constitui, ideologicamente, a experiência social enquanto campo jurídico-normativo e institucional da luta de classes e suas correlações de forças políticas. Por sua vez, em Marx — como vimos —, a constatação ontológica da propriedade privada (e da forma valor), assumida como sujeito formado a partir do trabalho estranhado, revela-nos uma mediação que politicamente não se reduz à discussão do Estado como um lugar abstrato no qual o poder adquire centralidade. Esta mediação tem sua principal determinação situada na esteira da sociedade civil, sob a urdidura das relações sociais que produzem o capital, não apenas como algo externo ao indivíduo, mas sobretudo como uma determinação ontológica imanente. Em suma, não é apenas em termos econômicos, mas é sobretudo ontologicamente que Marx nos revela como o capital se tornou o modo de ser que simultaneamente cerca e preenche os indivíduos, tanto objetiva quanto subjetivamente, desde a materialidade dos alimentos que atendem as necessidades do estômago até as ideias e práticas discursivas que atendem às necessidades do espírito. Isto é, a lógica do valor tornou-se imanente ao ser social enquanto indivíduo e sociedade. No processo de formação do sujeito moderno, essa dinâmica se estabelece ideologicamente na e pela contradição entre o que a realidade é objetivamente (conteúdo) e como esta aparece, ou seja, como a realidade é vivenciada subjetivamente pelos sujeitos (forma) nas e pelas suas práticas sociais.

Para compreender a urdidura estabelecida entre o Estado, a ideologia e o capital no atual estágio de desenvolvimento das finanças, no livro terceiro d' *O Capital*, Marx (2017, p. 540) nos deixou a análise daquilo que, no tocante ao sistema financeiro, ele denominou de negócios fictícios (*Scheingeschäften*). A importância desse fenômeno reside no fato de que ele demonstra como o capital fictício, como forma fetichista máxima da acumulação capitalista, adquiriu autonomia e poder de dominação social e política sobre a totalidade das relações sociais na sociedade contemporânea.

Cédric Durand (2017) chama a atenção para o fato de que a financeirização não é um epifenômeno, mas, muito pelo contrário, se trata de um processo central na organização social e política do capitalismo contemporâneo. Segundo Durand (2017, p. 50, tradução nossa), “As finanças estabelecem, assim, um modo de valorização do capital que parece dar faculdades mágicas (*magical faculties*) ao dinheiro”. Não poderíamos ter melhor designação para esse estágio de desenvolvimento do capital do que aquela dada por Marx: *capital fictício* (*fiktives Kapital*). Justamente porque se trata do capital que, como um “sujeito automático”, se autovaloriza financeiramente por meio de operações fictícias, como se fosse uma força sobrenatural.

No processo fetichista de financeirização contemporâneo, o capital fictício não somente se tornou autônomo em relação à esfera produtiva, mas também a subjugou juntamente com todas as demais formas de capital. Nesse estágio de desenvolvimento, o capital fictício se move consolidado como um Sujeito autônomo, criado das “faculdades mágicas” do dinheiro, que dita as regras para toda a totalidade da organização social e suas formas de sociabilidade, constituintes da experiência social. Com a ascensão das finanças, a questão de luta de classes se torna mais difícil e espinhosa, seguindo a própria complexidade que adquire a sociedade capitalista ao longo do seu desenvolvimento histórico. O Estado, por sua vez, se revela como um espaço central para o exercício do poder político do capital fictício, por meio de um sujeito político que Marx denominou como uma nova classe social (Marx, 2013, p. 824, 2017, p. 533): os credores do Estado (*Staatsgläubigern*).

Ao analisar as bases do sistema de crédito, Marx (2017, p. 536–541) demonstrou como o aquecimento da indústria e do mercado por meio do crédito tende a ultrapassar os limites da própria produção e reprodução reais, embora o capital fictício desconheça limites em sua lógica fetichista. Esse fenômeno expressa o próprio conceito de crise do capital; ou seja, de modo geral, o capital fictício produz mais capital do que o próprio sistema produtivo é capaz de valorizar. Nesse contexto, a dívida pública surge como o elemento central no processo de acumulação financeira do capital fictício, por meio do endividamento dos Estados. Portanto, para tentar analisar como fica a questão da luta de classes em tempos de capital fictício, considero três pontos indispensáveis — embora, evidentemente, não sejam os únicos.

Primeiramente, os credores do Estado representam a forma política do capital fictício na qualidade de sujeito de classe transnacional, capaz de subjugar os Estados nacionais, pois as economias nacionais se tornam dependentes desses assim chamados “investidores” ou “rentistas”. No capitalismo contemporâneo, esse fenômeno é indispensável para qualquer abordagem séria de uma teoria de classes de base marxiana, e de modo algum pode ser relegado, salvo que se insista em pensar a luta de classes de maneira desatualizada,

ignorando a realidade do capital fictício, como se tudo girasse ainda em torno do chão de fábrica, conforme determinava a polarização clássica entre burguesia e proletariado.

Em segundo lugar, a dialética do movimento maduro do capitalismo revela-se no fato de que as finanças (capital fictício) subjugam a produção (o capital real), mas de forma alguma a elimina, pois é preciso mantê-la sendo aquilo que é: processo de trabalho na produção do valor (essência) materializado na forma de mercadorias (aparência). Contudo, o processo global de acumulação capitalista é determinado pelo fetichista mercado de capitais, que subjugua toda a sociedade a um processo de financeirização que adquire “vida própria” e atende pela seguinte denominação: “O Mercado”. Os negócios fictícios se constituem assim como um mercado de ilusões no qual o capital consome seu futuro, mesmo sem possuir um presente, tendo em vista que esbarra nos limites do campo produtivo. Negociam-se valores que nem sequer ainda foram produzidos (e sem garantia de que o serão), e a isso se dá a ideológica denominação de “investimento”, especialmente no que se refere ao mercado de ações na bolsa de valores, de modo que “as finanças estabelecem, assim, um modo de valorização do capital que parece dar faculdades mágicas ao dinheiro” (Durand, 2017, p. 50, tradução minha).

Em terceiro e último, mas não menos importante, cabe iniciar destacando que:

Marx identifica três formas de capital fictício: crédito monetário, títulos do governo e ações. Nesse ponto, assim como em outros — pense, por exemplo, nas páginas proféticas do *Manifesto* do Partido Comunista sobre a globalização —, Marx mostrou capacidades impressionantes de previsão. Pois enquanto o dinheiro do crédito e os mercados financeiros ocupavam apenas um lugar limitado em sua época, hoje eles estão no coração do funcionamento das economias” (Durand, 2017, p. 50, tradução nossa).

Portanto, na relação estabelecida entre, de um lado, o conteúdo das relações sociais situado na subsunção do trabalho ao capital e, de outro, o Estado como a forma política institucionalizada pela qual os indivíduos vivenciam esse conteúdo na experiência social da luta de classes, é fundamental compreender que a dívida pública é a face objetiva do capital de fictício que assegura a dominação da lógica rentista sobre o Estado. Isso consolida a dominação política dos sujeitos de classe que detêm o estatuto jurídico de credores do Estado. Afinal, “a acumulação do capital da dívida pública revelou-se como sendo apenas um aumento na classe de credores do Estado, que têm o privilégio de retirar antecipadamente para si certas somas sobre a massa dos impostos públicos” (Marx, 2017, p. 533).

Ainda no primeiro livro d’*O Capital*, ao falar do sistema de crédito público, Marx refere-se à dívida pública como “a alienação [*Veräußerung*] do Estado — seja despótico, constitucional ou republicano” (Marx, 2013, p. 824). Em outras palavras, o Estado revela-se como uma mediação central na forma como se manifesta a luta de classes em tempos de capital fictício, a exemplo da disputa pelo fundo público no jogo de correlação de forças políticas, visto que os impostos são produzidos pelos trabalhadores a partir de todo o circuito de produção e reprodução do valor, desde a indústria até o comércio de bens e serviços. Apesar disso, a classe que agora controla a dominação econômica e política não é mais precisamente a burguesia clássica (industrial), mas os “investidores”, isto é, aquela classe que possui a propriedade da forma autônoma e substantivada do valor, a ponto de se tornar credora do próprio Estado. Desse modo, a forma autonomizada do valor substantivada no capital fictício, domina completamente o conteúdo das relações sociais, e assim, o mundo das finanças subjugua inteiramente o mundo do trabalho produtivo.

A situação do trabalhador: à guisa de conclusão

À medida que o trabalhador trabalha para o capital, ele também é “trabalhado” pela razão capitalista, fundada ontologicamente no trabalho estranhado (*entfremdete Arbeit*), que é o fundamento concreto de toda alienação (objetiva e subjetiva) na sociedade capitalista. Afinal, conforme Marx aprendeu com Hegel, o trabalhador que trabalha o objeto também é trabalhado por ele, em sua acepção mais ampla e mediatizada (leia-se: da cultura e das formas de sociabilidade como um todo), e não apenas no que tange à materialidade imediata. Ou seja, o trabalho produz e forma sociabilidade, e não apenas valores de uso. Assim, o trabalho estranhado (de)forma a consciência do trabalhador por meio das relações sociais em que ele se realiza sob a dominação social capitalista.

Portanto, na minha tentativa de analisar a complexidade hodierna da luta de classes no capitalismo contemporâneo, tornou-se incontornável pensar as classes a partir de um rigoroso exame crítico da relação entre trabalho e capital fictício sob uma perspectiva ontológica do sujeito⁵. Em sua totalidade dialética, isso significa analisar criticamente como a relação trabalho e capital, em seu estágio fictício, se desdobra ideologicamente nos processos de subjetivação que se expressam na forma como os indivíduos vivenciam a experiência social capitalista na contemporaneidade. Esse processo realiza-se dialeticamente por meio de uma contradição que considero incontornável — conforme tentei demonstrar aqui, sem qualquer pretensão de dar a última palavra sobre a questão —, estabelecida entre, de um lado, o conteúdo objetivo das relações sociais sob a dominação do capital fictício e, de outro, as práticas discursivas ideologicamente constituídas na própria experiência da luta de classes (em si e para si), fortemente modeladas pela irracionalidade neoliberal estabelecida como “racionalidade” político-discursiva.

Chegamos, então, a uma chave de leitura para uma ontologia social da luta de classes, que pode ser assim resumida: no que tange às classes sociais, a experiência social capitalista é determinada por uma contradição estabelecida sob uma tensão dialética permanente e ineliminável entre essência e aparência. Isto é, de um lado, aquilo que a sociedade é efetivamente, para além da aparência (leia-se: luta de classes como essência social historicamente determinada e culturalmente condicionada), e, de outro, como essa realidade se manifesta por meio das práticas discursivas que expressam ideologicamente as formas subjetivas de os indivíduos vivenciarem a experiência social. Essa contradição entre essência (aquilo que é) e aparência (como aparece aquilo que é) determina ontologicamente o processo de formação dos indivíduos em sujeitos políticos (de classe) na experiência social capitalista, o que, na arena política, não é outra coisa senão luta de classes, mesmo que ela possa adquirir formas aparentes alienadas a partir da “harmonização” ideológica e suas diatribes alienantes. E claro, trata-se de uma questão que requer uma análise racializada e generificada — que por motivos óbvios não realizei aqui, mas que não pode ser ignorada e exige, portanto, um trabalho de pesquisa coletivo e plural, envolvendo a produção, a investigação e o diálogo entre várias pesquisadoras e pesquisadores em suas respectivas áreas.

Referências

- ARAÚJO, W. P. A crítica do valor no livro terceiro d'O Capital: Marx e a atualidade do conceito de capital fictício. *Problemata Revista Internacional de Filosofia*, v. 10, n. 4, João Pessoa, PB: UFPB, dez. 2019, (Edição especial Marxismo e Teoria Crítica), p. 400-431.
- ARAÚJO, W. P. A estranha objetividade do valor: trabalho, ideologia e capital no pensamento de Marx. *Trilhas Filosóficas*, Caicó (RN): UERN, v. 11, n. 3, Edição Especial, 2018, p. 157-175.
- ARAÚJO, W. P. Ontologia e economia política: Marx leitor de Hegel. 1 ed. São Paulo: Dialética Editora, 2024a.
- ARAÚJO, W. P. Ontologia e economia política: uma introdução filosófica à leitura de O Capital. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, v. 147, n. 3, 2024b, p. 1-19.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DURAND, C. Fictitious capital: how finance is appropriating our future. London/Brooklyn, NY: Verso, 2017.
- GERAS, N. Marx and the critique of political economy. In: BLACKBURN, R. (ed.). *Ideology and social science: politics, sociology, anthropology, economics, history*. London: Fontana/Collins, 1977. p. 284-305.
- MARCUSE, H. A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- MARCUSE, H. Prólogo para o 18 de Brumário de Louis Bonaparte. In: MARX, K. O 18 de brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 9-16.
- MARX, K. Grundrisse. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.
- MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MARX, K. O Capital: Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013 (Edição do Kindle).
- MARX, K. O Capital: Livro 3. São Paulo: Boitempo, 2017.

Notas

- 1 Este artigo corresponde a uma versão inédita (revista, ampliada e atualizada) da conferência proferida por mim no IX Seminário de Estudos em Análise do Discurso, intitulada “Estado, ideologia e luta de classes no capitalismo contemporâneo”, cuja revisão é influenciada pelos estudos que apresentei em algumas produções mais recentes (Araújo, 2024a; 2024b).

- 2 Resgato o conceito de capital fictício (fiktives Kapital) encontrado no livro terceiro d'O Capital (Marx, 2017), sob a chave de leitura que formulei em um artigo na Revista Problemata (Araújo, 2019).
- 3 Cabe ressaltar que “não se pode deduzir o fetichismo da mercadoria e suas formas de manifestação meramente a partir de mecanismos ideológicos; nem muito menos tornar um fenômeno equivalente do outro; são movimentos distintos, embora estabeleçam uma interação complexa, ineliminável e pervasiva à realidade social nesta sociedade” (Araújo, 2018, p. 160).
- 4 E mais, sem qualquer concessão ao ecletismo, a análise ontológico-dialética que proponho não entra em conflito com a de Dardot e Laval, mas, na verdade, a engloba. É possível reconhecê-la como uma dimensão imediata, isolada pelos autores franceses em função dos limites da sua abordagem teórico-metodológica. Por outro lado, reconhecer sua assertividade, portanto, não significa estabelecer qualquer costura teórico-metodológica típica das distorções ecléticas. Pelo contrário, a abordagem ontológica-dialética aprofunda e explica aquilo que a abordagem dos franceses, embora certa, não faz e não pretende fazer. Trata-se de reconhecer que o método dialético aqui assumido, na verdade, engloba a tese dos franceses como a dimensão mais aparente do fenômeno em questão. Isso ocorre na medida em que, para além da aparência socialmente necessária do neoliberalismo como uma “racionalidade”, a análise ontológico-dialética identifica nesta formulação apenas uma das camadas do fenômeno, certa, mas ainda carente de ser desmistificada em seu ardiloso caráter contraditório. Por sua vez, este caráter manifesta-se na armadilha ideológica que transmuta um discurso completamente irracional e desprovido de base científica, em uma cartilha econômica aclamada pelos economistas burgueses do nosso tempo, que, na verdade, continuam a vestir a carapuça apontada por Marx ainda no século XIX, de “ideólogos da burguesia”. Neste caso, ideólogos dos credores do Estado, que, no início do século XXI, são conhecidos por “investidores” — conforme explicarei mais adiante.
- 5 Perspectiva esta que desenvolvo em meu livro “Ontologia e economia política: Marx leitor de Hegel” (Araújo, 2024a), e no qual a denomino de estudos em ontologia do sujeito.

Wécio Pinheiro Araújo

Docente do Departamento de Serviço Social (DSS/CCHLA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB),
Doutor em Filosofia pelo Programa Integrado UFPE/UFRN/UFPB
e estágio PDES na HGB/Leipzig (Alemanha).
wecio.araujo@academico.ufpb.br

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCHLA/UFPB. Campus I. Jardim Cidade Universitária.
João Pessoa-PB.
CEP: 58050-585.

Agradecimentos:

Não se aplica.

Agência financiadora:

Não se aplica.

Contribuições do autor:

O autor é responsável por todas as etapas da elaboração do manuscrito.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação:

Não se aplica.

Consentimento para publicação:

O autor consente a publicação do presente manuscrito.

Conflito de interesses:

Não há conflito de interesses.

Editora Responsável

Mailiz Garibotti Lusa – Editora-chefe